

DIREITO DA ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO I

TAN

Prof. Doutora Catarina Monteiro Pires

CAPÍTULO I. “ARQUITETURA JURÍDICA” DA ARBITRAGEM INTERNACIONAL

§1. Fundamentos

§1.1. Liberdade

§1.2. Jurisdição

§1.3. Estado(s)

§1.4. Autoridade

§2. Fontes

§3. Modelos de regulação estadual: do monismo ao dualismo

§4. Algumas das idiossincrasias da arbitragem internacional

§4.1. Pluralidade de problemas de direito aplicável

§4.2. “Crepúsculos” entre procedimento e mérito

§4.3. Pluralidade de culturas jurídicas

§4.4. Consensos sociais partilhados: soft law

§5. Arbitragens internacionais em Portugal

§5.1. Âmbito espacial de regulação da LAV

§5.2. Internacionalidade

§5.3. Comercialidade

§5.4. Arbitragens ad hoc e institucionais

CAPÍTULO II. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM

§1. Recorte funcional enquanto negócio jurídico

§2. Direito aplicável à convenção de arbitragem

§3. Forma

§4. Limites do acordo e arbitrabilidade

§5. Declarações negociais e consentimento

§5.1. Formação do acordo

§5.2. Interpretação

§5.3. "Jurisdição material", cláusulas "vazias" e cláusulas incompletas

§5.4. "Jurisdição pessoal" e partes não signatárias: consentimento reconstruído ou justiça corretiva?

§6. Autonomia da cláusula compromissória

§7. Efeitos

§7.1. Plano atributivo de competências: efeito positivo

§7.2. Plano supressivo de competências: efeito negativo

§7.3. Plano atributivo de direitos e deveres às partes

§8. Perturbações do cumprimento

§8.1. Violação de dever e indemnização de danos

§8.2. Inobservância de cláusula escalonada

§9. Transmissão

§10. Cessação

CAPÍTULO III. ÁRBITROS E TRIBUNAL ARBITRAL

§1. Árbitro e pessoa

§2. Estatuto dos árbitros

§2.1. Dimensão ético-normativa funcional: independência, imparcialidade e dever de revelação

§2.2. Dimensão negocial: contrato de árbitro e direito aplicável

§2.3. Outras dimensões?

§3. Responsabilidade dos árbitros

§3.1. Imunidade relativa por equiparação aos juízes

§3.2. Direito aplicável

§4. Composição do tribunal arbitral

§4.1. Designação direta ou indireta, em contexto bipartes ou multipartes

§4.2. Permanência (e impermanência) do árbitro

§5. Competência-competência

§5.1. Vertente positiva e vertente negativa

§5.2. Impugnação da decisão do tribunal arbitral sobre a sua incompetência

§6. Medidas para proteção de jurisdição exclusiva

CAPÍTULO IV. PROCEDIMENTO ARBITRAL

§1. Direito aplicável

§2. Garantias jurisdicionais, autorregulação e autovinculação

§3. Possível morfologia

§4. Planos de prova e racionalidade probatória

§4.1. Um modelo probatório autónomo e previsível

§4.2. Prova documental: documentos da parte e da contraparte, poderes decisórios e graduação da referência a parâmetros de soft law

§4.3. Prova testemunhal: ampliação subjetiva e configuração do depoimento

§4.4. Prova pericial: designação do perito, estrutura da intervenção pericial e densificação dos deveres

§4.5. Problemas de direito aplicável quanto a confidencialidades legais

§5. Distribuição do risco de prova

§5.1. Ónus da prova

§5.2. Juízos probatórios

§5.3. Padrão ou medida da prova

§6. Racionalização da estrutura decisória e coerência na realização prática do Direito

§6.1. Consolidação

§6.2. Intervenção de terceiros

§6.3. Direito aplicável a ambas vicissitudes

§7. Neutralização do tempo e preservação da efetividade do direito na tutela provisória

§7.1. Direito aplicável

§7.2. Tutela conservatória e antecipatória e ordens preliminares

CAPÍTULO V. SENTENÇA

§1. Da decisão à sentença enquanto ato jurisdicional

§1.1. Decisão individual e intencionalidade

§1.2. Colegialidade e intenção partilhada

§1.3. Recorte funcional de sentença: ato terminativo ou definitivo, com permanência vinculante

§1.4. Estrutura e fundamentação da sentença

§1.5. Sentença e functus officio

§2. Decisão sobre o fundo da causa com a escolha das partes

§2.1. Decisão segundo regras de Direito e decisão segundo a equidade

§2.2. Designação pelas partes de Direito estadual ou não estadual

§2.3. Liberdade do árbitro e nulidade de cláusula contratual negociada à luz do Direito indicado pelas partes: conflitos entre acordos negociais?

§3. Decisão sobre o fundo da causa sem regras de Direito designadas pelas partes

§4. Conhecimento do Direito pelo árbitro (iura novit arbiter?)

§5. Âmbito de eficácia de “normas de aplicação imediata” com conexão com o litígio e decisão do árbitro

§7. Sentença arbitral e jurisprudência estadual

§8. Efeitos da sentença arbitral

§8.1. Res arbitrata: em busca de um método autónomo e de um conceito alargado?

§8.2. Reconhecimento e execução alargado e parcialmente uniformizado

§7. Reconhecimento e execução de sentença arbitral estrangeira anulada pelos tribunais estaduais da sede: internacionalismo equilibrado, entre o territorialismo e a deslocalização total?

§9. Anulação da sentença arbitral

§9.1. Irrevisibilidade do mérito e controlo estadual limitado

§9.2. Fundamentos de anulação dependentes da alegação das partes

§9.3. Fundamentos de anulação não dependentes da alegação das partes

§9.4. Preclusão por inação

§9.5. Irrenunciabilidade antecipada ao direito de anulação; renúncia a certos fundamentos desse direito?